

Gros negocia hoje acordo com o FMI

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON - Depois de dois dias de consultas ao Fundo Monetário Internacional, o secretário de Planejamento, Pedro Parente, afirmou ontem que "o governo não recebeu nenhuma comunicação de que o programa de estabilização negociado com a instituição não vai ao board no dia 22" e continua a contar com sua aprovação na próxima quarta-feira. Ele lembrou que a continuação do processo de normalização das relações do País com seus credores externos depende da rápida formalização do acordo.

O alto funcionário disse, no entanto, que encontrou "muita apreensão" no FMI sobre as implicações fiscais não apenas do reajuste de 147% aos aposentados, que abriria um rombo equivalente a 1% do PIB nas contas, como da rolagem da dívida dos Estados e municípios, que o executivo negociou com o Congresso para garantir a aprovação da reforma tributária, em dezembro. Parente disse que o trabalho de convencimento do Fundo ainda não terminou.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, terá hoje reuniões decisivas com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Uma fonte oficial americana disse que o problema criado pelo reajuste aos aposentados tornou-se um "tema visível" e observou que a posição da administração do FMI, dos EUA e de outros países in-

dustrializados sobre o programa dependerá de um julgamento sobre "a credibilidade do programa".

Parente contou, numa entrevista coletiva, que tem procurado esclarecer as dúvidas "naturais do Fundo, insistindo na determinação e no compromisso público do presidente Fernando Collor de executar à risca o programa de estabilização, sem usar "recursos inflacionários". Ele afirmou que as dúvidas do FMI sobre o impacto fiscal da rolagem da dívida de Estados e municípios nasceram "de informações desconstruídas publicadas pela imprensa brasileira". O Tesouro americano tem as mesmas dúvidas.

Segundo o secretário do Planejamento, as primeiras notícias saídas nos jornais brasileiros criaram uma percepção de que a rolagem aprovada abriria novas fontes de endividamento para os Estados e municípios, comprometendo sua contribuição para o ajuste fiscal.

"Estamos demonstrando é que não é bem assim", disse Parente. "A rolagem aprovada não foi a que propusemos, mas o presidente e o governo aceitariam qualquer esquema que introduzisse problemas para a execução do programa econômico." Parente disse ao Fundo que a rolagem terá "efeitos extremamente favoráveis" porque nenhum Estado ou município poderá assinar o contrato de refinanciamento de sua dívida se não estiver em dia com os pagamentos das obrigações refinanciadas.